

**HIGIENISMO E EDUCAÇÃO RURAL: A VISÃO DE EDUCAÇÃO  
REPRESENTADA NOS “ALMANAQUES FONTOURA” E SUA INFLUÊNCIA  
NOS DIAS ATUAIS**

**HYGIENE AND RURAL EDUCATION: THE VISION OF EDUCATION  
REPRESENTED IN THE "ALMANAQUES FONTOURA" AND ITS  
INFLUENCE IN THE PRESENT DAY**

Camila de Carli\*  
Carolina Fuzaro Bercho\*\*

**RESUMO**

Este trabalho tem por finalidade contribuir com o tema “educação e higiene” junto com a pesquisa em História da Educação no Brasil. Trata-se de um estudo que tem como objetivo analisar o contexto histórico do Brasil durante o início do século XX, pois neste período começa a ocorrer à intensa migração do homem em busca de melhores condições de vida; além de diagnosticar a educação no campo no período descrito. Neste cenário, encontra-se o personagem Jeca Tatu construído no Conto Urupês de 1918 de Monteiro Lobato. O personagem é utilizado para representar a realidade do homem do campo no início do século XX, ressaltando suas necessidades de cuidado com o corpo e a saúde. Neste momento se deu o discurso médico para a instauração de medidas higiênicas no Brasil na Primeira República, em que a implementação de políticas educacionais voltadas para promoção da saúde no Brasil, o papel da escola na promoção da saúde e o papel da família no cuidado com os filhos em relação à saúde, estavam inseridas no processo de educação do corpo e “civilização” do homem sertanejo. As fontes de pesquisa contam com a análise bibliográfica, inclusive de fontes primárias e de coleta de dados.

**Palavras-chave:** Brasil República. Higienismo. Políticas Públicas. História da Educação.

**ABSTRACT**

This work aims to contribute with the theme "education and hygiene" along with the research in History of Education in Brazil. It is a study that aims to analyze the historical context of Brazil during the early twentieth century, because in this period begins to occur to the intense migration of the man in search of better living conditions; Besides diagnosing the education in the field in the described period. In this scenario, one finds the character JecaTatu constructed in the Urupês Tale of 1918 of MonteiroLobato. The character is used to represent the reality of the man of the field in the early twentieth century, highlighting his needs for body care and health. At this moment the medical discourse was given for the introduction of hygienic measures in Brazil in the First Republic, in which the implementation of educational policies aimed at health promotion in Brazil, the role of the school in promoting health and the role of the family in caring for The children in relation to health, were inserted in the process of education of the body

---

\* Bolsista de Iniciação Científica e Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE. [miladecarli@yahoo.com.br](mailto:miladecarli@yahoo.com.br)

\*\*Oficial do Magistério Superior em História na Academia da Força Aérea e Docente da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação – FATECE. [carolinafuzaro@hotmail.com](mailto:carolinafuzaro@hotmail.com)

and "civilization" of the sertanejo man. The sources of research rely on bibliographic analysis, including primary sources and data collection.

**Keywords:** Brazil Republic. Hygiene. Public Policies. History of Education.

## **Introdução**

A motivação deste tema de pesquisa originou-se da indagação sobre a preocupação em relação à importância pela saúde do corpo e as medidas necessárias para aumentar o bem-estar do indivíduo e a promoção da saúde através da escola. Optamos pela escolha de um recorte histórico localizado na transição do século XIX para o XX, por guardar a origem dos cuidados do corpo através das medidas higienistas implantadas na educação. A instrução por meio de medidas médicas foi disponibilizada para a sociedade através de almanaques, e seu público-alvo foi atingido pelos Almanques Fontoura, cujo personagem, o Jeca Tatu, era caracterizado como ser sertanejo, rude, bruto, doente, ou seja, de pouco valor na sociedade.

Objetivou-se analisar o contexto histórico educacional do Brasil durante o início do século XX, como se deu a transição do Brasil de agrário para urbano, e a importância do Movimento Higienista durante o início do século XX. Esse movimento contribuiu para a reforma educacional dentro de uma proposta da medicina social, além de atingir o objetivo social por meio do processo de civilizar, educar e instruir a sociedade, buscando evitar doenças para que se produzissem trabalhadores mais produtivos. E especificamente, analisou-se o conteúdo pedagógico inserido nos Almanques Fontoura, cujo personagem principal é constituído pelo Jeca Tatu.

## **O Brasil na passagem do século XIX-XX. O modelo de urbanização do Brasil na Primeira República (1889 -1930)**

Durante a passagem do século XIX para o XX, o Brasil começa a passar por um processo de urbanização em algumas cidades, em que ocorreria a modernização e um aumento da população, iniciava um novo cenário, em que o antigo e o moderno buscavam conviver na formação de um novo Brasil, agora republicano, essas mudanças se deram em ordem políticas, econômicas e sociais.

Várias cidades foram sofrendo transformações ao final do século XIX, dentre aquela que seria a capital brasileira da época, o Rio de Janeiro devido à falta de

perspectivas de trabalho no campo, de onde os trabalhadores rurais começaram a migrar em busca de empregos e melhores condições de vida (BRITO; PINHO, 2012).

Naquela época, os moradores das cidades lançavam nas ruas e nas valas todas as sujeiras e detritos domésticos. No Rio de Janeiro a “vala” principal era o sangradouro natural de um curtume instalado à beira da Lagoa de Santo Antônio. Os esgotos das casas eram guardados em barricas de madeiras, que ficavam nos quintais, e à noite transportados por escravos para serem lançados nos cursos de água mais próximos, fossem estas praias ou rios (BENACCHIO et al., 2016).

Dessa maneira, o Brasil passa a ter sérios problemas de saúde pública além de demonstrar um cenário muito insalubre, onde a vida da população exigia maior atenção, pelo fato da cidade em questão, o Rio de Janeiro tornar-se um local com precárias condições sanitárias, além do grande número de epidemias de febre amarela, cólera e varíola que começavam surgir a cada dia, afetando a população em massa.

A partir disso, é que fica mais clara a necessidade de uma reestruturação, no que tange a área da saúde pública, a medicina começa a ter mais destaque na sociedade, distinguindo-se cada vez mais, de um grupo de pessoas que naquela época eram conhecidos como: curandeiros, benzedeiros, rezadeiras, boticários entre outros, os quais se dedicavam a cura e cuidado daqueles que se encontravam em más condições de saúde.

Durante este período houve uma série de teorias por parte da medicina que procurava explicar o aparecimento das doenças e epidemias que arruinavam com a população na época. No entanto, em meio a tantas discussões sobre os perigos que as pessoas estavam sofrendo, os médicos tinham uma posição em comum, a qual era criar uma ação na sociedade que buscasse combater e futuramente prevenir a população para que novas doenças não viessem a se instalar no meio social.

Na época, os sanitaristas perceberam que esses problemas surgiam pela falta de controle da produção e comercialização dos produtos que vinham sendo fabricados, como também a falta de hábitos de higiene por parte da população. Portanto, era necessário mudar a visão que se tinha das cidades, estruturando-as para que pudessem ter um melhor controle do fluxo de pessoas que por ali passavam.

Em 1902, Rodrigues Alves foi eleito presidente da República, o qual perdera uma filha vítima de febre amarela, buscava mudança para este cenário de problemas que o Brasil vinha passando. Como principais representantes para organização e combate as epidemias, eis que surge a figura de Pereira Passos e Oswaldo Cruz. Segundo Ribeiro

(sem data), o projeto de reforma urbana e higienização da cidade do Rio de Janeiro, assim como as campanhas de vacinação, marcaram este período.

A intenção era transformar todo aquele cenário da capital da República próximo à capital francesa, Paris, com a intenção de transformar por inteiro os costumes diários daquela população, o modo de trabalho, e o mais importante, as relações de vida e identidade das pessoas que ali habitavam.

Entretanto, para que a cidade pudesse começar a ter uma aparência mais moderna, significando o enobrecimento da mesma, na prática era preciso a expulsão de boa parte da população pobre e trabalhadora da região central da capital do Brasil.

A ideia sugerida, além das vacinações obrigatórias e da fiscalização necessária das residências, era a demolição das moradias coletivas existentes na cidade, como cortiços, estalagens e casas de cômodos.

Segundo Ponte (2010, p. 63), a reforma da cidade advindas de Pereira Passos e Oswaldo Cruz buscava uma estratégia para enfrentar as epidemias que vinham a prejudicar a capital.

Paralelamente ao “bota-abaixo”, nome pelo qual ficou conhecida a remodelação da cidade conduzida por Pereira Passos. Oswaldo Cruz, respaldado por uma legislação que conferia amplos poderes às suas brigadas sanitárias, dava prosseguimento ao seu plano de ataque às epidemias que ameaçavam a capital.

A justificativa do governo era de que a vacinação era de certo e relevante interesse para a saúde pública. E não havia como questionar essa alegação, em razão de existirem infinitos focos endêmicos da varíola no Brasil, o maior deles precisamente na cidade do Rio de Janeiro.

Com o objetivo de inovar a capital, em 09 de novembro de 1904, o jornal *A Notícia*, divulga o projeto que regularizava a Lei da Vacina Obrigatória, elaborada e escrita pelo médico Oswaldo Cruz (CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, 2006).

O grande desafio foi à negação da população aos atos violentos empregados pelos representantes da Saúde Pública e pelos vacinadores, que usavam da força policial obrigando os vacinados a apresentar-se em data marcada, além disso, outro motivo de recusa pela vacina seria de caráter cultural, já que os escravos africanos não acreditavam na medicina dos brancos e preferiam acreditar nas práticas tradicionais de seus curandeiros. Decorrentes a todos esses episódios, surge um rumor de que a vacina seria aplicada nas nádegas, mesmo nas mulheres, o que ia contrário ao código de valores morais na época.

Conforme Nascimento e Silva (sem data), durante o período da Vacina Obrigatória surgem algumas expressões artísticas por meio de charges e letras de músicas retratando uma situação de revolta da população e confronto entre o governo e aqueles que divergiam das medidas preventivas e impositivas como política pública.

A ação da população foi violenta, o povo tomou as ruas, as multidões se agitavam, em 5 de novembro foi criada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, que tanto inspiraram a multidão a se amotinar, marcando um comício para a manhã do dia 11. Ao perceberem que não teriam controle da situação, decidiram não aparecer, pois haviam perdido o controle da manifestação popular. Do dia 10 ao dia 12, a cidade era sacudida por choques entre a polícia e a população, já era possível escutar troca de tiros, além de passeatas e comícios (SOUZA, 2005).

A Revolta da Vacina não durou muito, após os conflitos, o governo federal acabou por suspender a obrigatoriedade da vacina contra a varíola e a declarar estado de sítio em 17 de novembro. Oswaldo Cruz continuou em seu cargo aproveitando da confiança do presidente, mas perdeu a batalha contra a varíola, em 1908 um novo surto de varíola, prejudicaria mais de nove mil pessoas na cidade, o que levou a população a buscar pela vacina.

O higienismo que predominou até o início do século XX elucidava que o surgimento das doenças se dava pelo desconhecimento e abandono das pessoas, em cuidar do próprio corpo, julgava a sociedade inapta para obter melhores conhecimentos, e as atividades educativas ligadas à saúde eram insuficientes além de serem de cunho regulamentar, com conhecimentos a serem acompanhados e sem a chance de envolvimento do público. Em 1889, manuscritos sobre a causa e cuidado da febre tifoide, peste, tuberculose e febre amarela eram emitidos pela Diretoria Geral de Saúde Pública na cidade do Rio de Janeiro. Referia-se de panfletos impressos, a despeito de a maior parte das pessoas serem iletradas. Julgava-se que somente a veiculação de informativos seria bastante para promover as modificações planejadas nos costumes dos sujeitos (SOUZA; JACOBINA, 2009).

O intuito dos Manuais do Biotônico Fontoura e inclusive o personagem Jeca Tatu será uma assertiva de educar a população, até então iletrada, com boas condutas higiênicas. Daí a intenção de educar com manuais que continham mais figuras que texto.

## **1.1 Educação dos corpos**

A partir de agora será apresentada uma literatura que retrata a educação dos corpos, mais propriamente dos médicos higienistas, buscando mostrar o que eles apresentavam nas suas teses médicas a importância das práticas corporais naquele período, partindo da análise do livro de José Gonçalves Gondra.

No decorrer da história existe uma conduta de discernimento do valor do corpo e de suas atividades na educação das crianças e dos jovens, não somente para a educação física, mas a totalidade de uma organização designando tempos, duração, práticas, estipulando ordens e conteúdos, com o objetivo através das organizações escolares, alcançar a melhoria da saúde individual, institucional e social, partindo de uma medicina que tinha o social como agente principal do contexto.

A educação física tinha em seu contexto regras principalmente aqueles que não cumprissem com uma boa disciplina assim como na época o Dr. Mafra que faz parte de uma intervenção de castigos que precisavam ser cumpridos dentro do interior dos colégios.

No caso, castigar o corpo também é entendido como um recurso “máximo” para a educação do indivíduo de modo mais geral. Estimulado, privado, ou castigado, o corpo é representado tanto como objeto a ser educado como meio de educação. Objetivos, enfim, de uma educação física higiênica (GONDRA, 2004, p. 330).

Além da disciplina no espaço escolar para o desenvolvimento da educação física havia um posicionamento por um espaço adequado para a realização dessas práticas corporais, concepção esta analisada pelo então Dr. Andrada Jr., em 1855, tomando por base o tema iniciado por outro médico da época, Dr. Japiassu.

Entretanto, para Dr. Andrada Junior, o desenvolvimento de exercícios corporais era visto como um caminho para fazer com que hábitos higiênicos se multiplicassem aprimorando uma melhor desenvoltura do corpo em sua totalidade, equiparando as forças físicas e intelectivas (GONDRA, 2004, p. 331) sendo que uma não poderia ser mais desenvolvida em relação à outra.

Ao mesmo tempo em que amplia o discurso contra a ideia de educação dividida do homem e de uma educação por partes, Dr. Andrada Jr., defendia que os colégios deveriam possuir áreas adequadas para a realização dos trabalhos gymnásticos (GONDRA 2004, p. 331) dos alunos, tendo um local com tempo estabelecido, horas e folga no intervalo das lições. A gymnastica surgia como necessidade, cumprindo finalidades de ordem higiênica.

Segundo Gondra (2004, p. 331-332) o termo “gymnastica” ficou definido como: [...] uma série de movimentos simples e combinados, dispostos em uma certa ordem, próprios para fazer desenvolver gradualmente as diferentes peças de que se compõe o organismo humano.

A inserção da educação física nas escolas presumia a intervenção de um aperfeiçoamento na conduta dessas atividades. Contrário às práticas dos pelotiqueiros, burlesco e desordeiros, o exercício na escola deveria ser organizado e regular. Por essa razão, precisaria de um responsável específico para cuidar dos alunos dos colégios. Pleiteava, então, um profissional qualificado no trabalho com o corpo, com a ajuda dos “ginastas”. Além do que, estabelecia uma descrição de outros responsáveis da escola, especificamente tais como: professores/diretores e os próprios alunos.

Os “ginastas” no Império seriam os responsáveis por transmitir as atividades corporais na escola, sendo este um especialista, o qual se encarregava de desenvolvimento físico dos alunos distinto daquele responsável pela educação intelectual e moral.

No entanto, muitas das escolas primárias na Corte possuíam um único professor da sala responsável por lecionar várias disciplinas e por exercer pela direção e as funções presentes dentro da escola, dentre elas: matrícula, frequência, aulas e relatórios. Por serem responsáveis em centralizar suas funções estes também eram cobrados pelos higienistas pela implantação de seus projetos.

Era, portanto, necessário à criação de uma classe de pessoas que fosse responsável por coordenar e conduzir as atividades dos alunos nos colégios, esses receberam o nome de “os gymnastas”, em que os médicos impunham normas a serem seguidas: educação de autocontrole, visão negativa das ações corporais realizadas nos colégios e determinação dos exercícios. Sendo assim, uma solicitação pela criação da classe dos ginastas.

A ideia era que as atividades corporais tivessem um trato diferenciado e privilegiado na parte interna dos colégios, requerendo, dessa forma, que se estabelecesse um membro na equipe de funcionários da escola que se incumbisse e fosse incumbido pelo progresso físico dos escolares. Pelo fato de exigir uma educação de controle e de prudência, para que esta fosse alcançada, existindo a distinção dos gestores responsáveis pelo desenvolvimento dos diferentes aspectos humano, porém, haveria a exigência de uma pessoa capacitada.

Objetivando recuperar a situação de vida, vários médicos adotaram uma posição higienista e tentaram alterar as regras de saúde e higiene dos indivíduos. A educação física, nessa época proporcionava a educação do corpo, apresentando como objetivo a

instituição de uma estrutura vida sadia, salvo das doenças. Nesse mesmo período a educação brasileira passava por uma dura ação do movimento escolanovista, que mostrou interesse da educação física na evolução completa do ser humano.

### **Monteiro Lobato e o Almanaque Biotônico Fontoura: as lições de um Almanaque que ficaram na história da educação brasileira**

Os médicos sanitaristas tiveram um papel importante na difusão da cultura da higiene, ou cultura da limpeza social. Isto porque, vistos como importantes intelectuais foram os inventores e mentores da política de ação sanitária que desejava higienizar na cidade as epidemias e cuidar da sociedade na preocupação de evitar a propagação das doenças, ou dos costumes divergentes que estavam presentes nos amontoados urbanos. Esta era a ideia do higienismo e foi entendido como um projeto modernizador da sociedade que conferia ao progresso o caminho para uma Nação desenvolvida. Então, nesse aspecto, a civilização com bases médico-higienistas, foi pioneira na república enquanto uma sociedade limpa e saneada, livre de todos os males sociais (FRANÇA, 2005)

Ainda segundo Viana e Fonseca (sem data), enquanto que nos enormes centros urbanos os moradores começavam a ter noções de conhecimento sobre saneamento, os brasileiros que residiam no interior do país prosseguiram sem a educação básica para alcançar informações sobre os aspectos de medidas preventivas e continuavam a exposição de doenças facilmente prevenidas com medidas profiláticas e sanitárias básicas.

A ação pelo saneamento no Brasil, iniciado através da Primeira República (1889-1930), puseram em destaque as difíceis situações de saúde das populações rurais como essencial problema que o país se instruisse e se transformasse definitivamente em uma nação. Desta forma foram de grande importância as ações higienistas pois:

As ações higienistas envolvem campanhas para a defesa e o combate e ataque radical contra as doenças e os seus agentes causadores, considerados como terríveis inimigos. Encontra-se no alvo do combate tudo o que diz respeito às inadequadas condições e estilos de vida da população, desvalorizada e desqualificada como ignorante, desinformada, suja, desordenada, descontrolada, negligente, promíscua, desinteressada, desmotivada e incapaz de tomar iniciativas (ROSEN, 1994; RODRIGUES, 2001; VASCONCELOS, 2001 apud PENTEADO et al. 2005, p. 12).

Segundo Faria (s.d.), a ação pela reforma sanitária em São Paulo foi marcada por forte interferência do governo estadual nas políticas de saúde. Com a chegada da Fundação Rockefeller, a partir de 1916, o ensino médico e os trabalhos sanitários nas áreas rurais de São Paulo receberam destaque a missão médica foi convidada pelo governo do estado para contribuir nas campanhas de combate às endemias, em união com o Serviço Sanitário.

Segundo Machado et al. (2012), as necessidades fundamentais de higienização e saúde do campo levaram à publicação, em 1917, do Código Sanitário Rural, objetivando a transformação do sertanejo e preparando mudanças importantes na demografia do campo. A princípio existia o consumo de xaropes, caracterizado como medicina popular para a busca imediata dos problemas de saúde, utiliza-se da interpretação de práticas e ideias rudes e equivocadas, o consumo desses medicamentos teve como imitação o modelo europeu e sua funcionalidade era a cura de doenças típicas da falta de saneamento, como, por exemplo, a anemia, os vermes e a desnutrição.

Conforme Ferraro (2002), outra medida de intervenção dos higienistas no meio rural para a prevenção de doenças foi descrita por intermédio da obra de Monteiro Lobato e seu personagem clássico, o Jeca Tatu. Apresentemos a vida e obra de um dos maiores escritores brasileiros do século XX, em que seus escritos continuam presentes na sociedade até os dias atuais.

José Bento Renato Monteiro Lobato nasceu no dia 18 de abril de 1882 em Taubaté, cidade no interior de São Paulo. Monteiro Lobato foi criado em um sítio e alfabetizado em casa pela sua mãe, Olímpia Augusta Lobato, e depois por um professor particular. Aos 17, decidiu mudar-se para São Paulo para trabalhar com o que mais gostava de fazer – a literatura e a caricatura. Apesar da imposição do avô para cursar a faculdade de Direito, onde se formou em 1904, Lobato continuou colaborando com jornais estudantis, sendo muito elogiado pela maneira como se mantinha firme em suas opiniões e como conseguia elaborá-las de maneira original e sutil.

Já dizia Monteiro Lobato que para tornar o Brasil um país civilizado e alcançar o seu ideal de ordem e progresso, necessitariam que fossem postas em prática medidas profiláticas que visassem à saúde e a educação do seu povo (SCHMACHTENBERG, 2005, p. 1).

Conforme Haller (2012), Monteiro Lobato foi um dos mais importantes escritores brasileiros do século XX, além de publicar vários livros e traduzir importantes obras estrangeiras. Metade de suas obras literárias se constituiu através de obras infantis. E a

outra parte de sua produção se caracterizou por contos, artigos, críticas, crônicas, prefácios, cartas e um romance. A época que precede a primeira obra de Lobato, *Urupês* (1918), foi de grande importância e também de acontecimentos na vida política, econômica e social.

Além disso, outros escritores da mesma época de Monteiro Lobato, insatisfeitos com a situação do Brasil, revelam, por meio de suas obras, os problemas sociais em virtude do descuido dos governantes presentes neste período. O Brasil é apresentado por meio de uma realidade que antes não se tinha conhecimento, ou seja, os escritores apresentam outra realidade brasileira entre elas o sertão nordestino, o caboclo do interior e a realidade dos subúrbios.

Segundo Haller (2012), os temas das obras de Monteiro Lobato apresentavam a indignidade do homem do campo, a falta de saneamento básico, o sacrifício em que passava para se viver no campo, a falta de educação e a desigualdade social. Estes temas que faziam parte de sua obra era uma maneira de buscar condições dignas de vida para a população, procurando fortalecer os homens para viver com mais vontade no campo.

Monteiro Lobato preocupou-se com a educação e a saúde no período em que se propagaram inúmeros projetos de educação higiênica com intuito de formar homens fortes, saudáveis, produtivos e disciplinados. Homens para uma nova ordem, que pudessem diminuir o atraso, a ignorância do povo, homens que pudessem ter consciência sobre política e a necessidade do progresso (HALLER, 2012, p. 10).

Ainda conforme Haller (2012), o escritor Monteiro Lobato apresenta uma literatura brasileira, através de um regionalismo, esses contos foram publicados inicialmente no jornal *O Estado de São Paulo*, no ano de 1914. “*Urupês*” foi uma obra publicada em 1918, que na época teve um considerável número de vendas, levando em consideração o baixo número de leitores e livrarias existentes naquela época. O conto revela o homem do campo, com a sua miséria, na busca pelo seu sustento de vida, retratando os problemas que vinham do campo descrevendo assim o homem como um caboclo com uma linguagem mais peculiar á do caipira. Através deste conto é que se cria um famoso personagem: o caboclo Jeca Tatu, definido como sendo um representante do caipira brasileiro, um ser doente, sonolento, indolente. Um ser cabisbaixo, sem motivo e ânimo para trabalhar, sempre descuidado com sua aparência e higiene pessoal, de pés descalços. Sem nenhum tipo de educação, orientação e cultura, Jeca Tatu era um homem ingênuo e repleto de crendices.

[...] Tornou-se, assim, conhecido nacionalmente e foi motivo de propaganda para a política de saneamento e de higienização do país.

Monteiro Lobato, portanto, em sua caracterização do caboclo, associou duas vertentes: a pobreza causada pela doença e inércia do caipira, que tem como efeito provocar o atraso do país; e a riqueza, apontada pelo cuidado com a saúde, com o conhecimento e o trabalho, e que propicia atitudes de desenvolvimento e de progresso pelo país (HALLER, 2012, p. 10-11).

Segue abaixo algumas passagens retiradas do conto – “Urupês”:

Pobre Jeca Tatu! Como é bonito no romance e feio na realidade!

Jeca mercador, Jeca lavrador, Jeca filósofo...

Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço – e nisto vai longe.

Começa na morada. Sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram na toca e gargalhar ao João-de-Barro [...] Móvel nenhuma. A cama é uma espipada esteira de peri posta sobre o chão batido [...] Nenhum talher [...] Nada de armário ou baús. A roupa, guarda-a no corpo. Só tem dois pares; uma que traz no uso e outro na lavagem. [...]

Seus remotos não avós gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna ao banco. Para quê? Vive-se bem sem isso. [...] (LOBATO, 2007, p. 170-171).

O Almanaque do Biotônico Fontoura tornou-se um importante instrumento de implementação dos novos fins tomados pela educação no Brasil. Neste período em que ideias nacionalistas se fixavam e a migração e imigração aumentava a cada dia, o discurso educacional passava a ser visto como base para a padronização dos valores e sentimentos nacionais, principalmente, no que se referia à modernização. O Almanaque foi um recursor nesta onda progressista em que de país atrasado o Brasil passaria para civilizado.

Ao trazer uma ideia de ciência, contribuiu para que o Almanaque Fontoura, entrasse nas escolas por meio da realização de palestras que abordavam de forma racional e científica, assuntos relacionados à saúde e ao ensino de novos hábitos higiênicos. A primeira edição a circular no Brasil foi a partir de 1920, além de trazer um slogan que norteava a população para a propaganda de um Tônico capaz de conduzir ao desenvolvimento escolar das crianças: *Be a BA, Be é Bé, Be i Bi, o tônico Fontoura*, associava a história do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato que, após consumir o medicamento passaria da condição de pobre, indolente e analfabeto para rico, trabalhador e inteligente (OLIANO, 2011).

Conhecido como livreto o qual tinha sua distribuição gratuita nas farmácias, este passou a preencher espaço nas casas dos brasileiros, especialmente daqueles que viviam no campo, assumindo não apenas um papel importante no aprendizado de novos hábitos de higienização do corpo, mas como instrumento fundamental na alfabetização e letramento dos sujeitos.

Segundo Machado et al. (2012), o Almanaque Fontoura assumiu, em alguns locais, o papel de material propriamente escolar, utilizados para o ensino das primeiras letras, era através do almanaque que a roça se aproxima da biblioteca. Com o uso do Almanaque na escola e em outros espaços foi o que determinou com que o Jeca tornasse conhecido em praticamente todo o Brasil. Por meio de uma representação caricatural do caboclo brasileiro, do interior paulista, a história trazia lições de higiene, de trabalho e, especialmente de mudanças de hábitos e costumes o que conduziria a boas novas condições de vida aquele que a elas se lançassem. O próprio Monteiro era o responsável por levar seus livros para a escola.

Na grande campanha de saneamento, o Almanaque do Biotônico Fontoura teve um papel importante, pelo fato de o Brasil estar passando por um processo de desenvolvimento e progresso, tendo como objetivo o progresso na educação e saúde.

Através desse impresso, ocorreu uma representatividade das condições em que se encontravam o ambiente rural e o próprio sertanejo, ou seja, observando a ausência de assistência médica, saneamento, escolas e uma série de outras coisas, sendo impossível a nação desenvolver-se.

Conforme Machado et al. (2013), durante as primeiras décadas do século XX, o almanaque tornou-se um material de leitura, pois nesta época a escola passa a ocupar um lugar importante diante dos novos desafios impostos pelas sociedades modernas, uma vez que se tratava de impor hábitos, valores, comportamentos e condutas que anunciavam para um mundo moderno, industrial, urbano, civilizado que se alicerçava.

Segundo Albuquerque e Corrêa (2006) os ideais higienistas começam a planejar um modelo social que via nas escolas um espaço benéfico de atuação, pois ali se deparavam as futuras gerações, que se bem educados e saudáveis poderiam transformar e fortalecer o país.

É possível afirmar que a propagação do Almanaque desempenhou um papel preponderante que envolveu estratégias e práticas de leituras. O Almanaque, distribuído, a princípio, apenas em farmácias, também adentrou os muros das escolas, transformando-se em material de leitura obrigatória de muitos jovens e crianças (MACHADO et al. 2013, p. 158).

Além disso, o material utilizado na época retrata que a literatura é capaz de atuar bem como um apoio para os conhecimentos historiográficos. A adequação de significado da obra literária é capaz de contribuir para direcionar o entendimento do historiador para diversos novos fatores e ajudar para que ele observe o que até então não deduziu, de

maneira que a literatura englobe, portanto, o objetivo de ampliar as oportunidades de compreensão da leitura.

A literatura é, portanto, uma fonte privilegiada para o historiador, pois lhe garante acesso diferenciado ao imaginário, permitindo que ele enxergue traços que outras fontes não lhe forneceriam. (MARTINS e CAINELLI, 2015, p. 3896). Ela é “[...] narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica” (PESAVENTO, 2006, p. 6 apud MARTINS; CAINELLI, 2015, p. 3896)

A literatura apresenta-se como um mecanismo para apropriar-se do saber histórico, para fazer uma reconstrução dos fatos e, deste modo, contribuir para o conhecimento maior sobre diversos assuntos, considerando ser uma apresentação dos fatos buscando trazer a sua atuação e contribuição, por meio da literatura, para a sociedade.

### **Políticas Públicas voltadas para a saúde e o papel da escola e da família no contexto escolar**

O conhecimento iniciado pelos médicos higienistas, além de criar políticas públicas para solucionar problemas sanitários, ingressava amplamente nas escolas e nas práticas educativas. O movimento higienista introduziu-se na esfera educacional, realizando atividades e propostas designadas aos alunos das escolas primárias. O slogan “ensinar e instruir” o povo brasileiro através da educação se expandia também ao campo da saúde, precisamente no que diz respeito práticas higiênicas (CAMPOS, s.d.):

A saúde, assim como a educação, estava no cerne das discussões daqueles que defendiam o progresso e o desenvolvimento do Brasil. A visão era de que somente essas duas instâncias seriam capazes de regenerar os maus costumes e os hábitos da população brasileira.

Conforme Marafon (s.d.), no século XX, a educação brasileira transpassa por algumas modificações entre as quais se evidenciam a questão em torno do cuidado, preservação e preparação da infância. No decorrer das duas décadas iniciais do século XX, aparecem às primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil, a fase higienista que ocorreu neste período configurou-se pelo aumento do atendimento, surgindo os jardins-de-infância para a classe mais rica como uma organização infantil com propósito educativo criado por Frederico Guilherme Froebel, em 1840, na Alemanha, e instituições beneficentes, ou seja, creches para as mães trabalhadoras.

Em 1922, no Rio de Janeiro, aconteceu o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância; naquele momento surgiram às primeiras regulamentações sobre o atendimento de crianças pequenas em escolas maternas e jardins-de-infância, a da educação, a moral e a higiene, o papel da mulher (MARAFON, s. d., p. 10).

Ainda segundo Marafon (s. d.), no final da década de 1920 e no início dos anos 1930 aconteceram as reclamações por parte dos operários por condições de trabalho mais adequadas; já as mulheres trabalhadoras esforçavam-se para conseguir lugares onde pudessem deixar seus filhos em horário de serviço. Assim, um marco histórico foi à inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecido Corcovado, no Rio de Janeiro, a primeira creche brasileira para filhos de operários. Já em 1908 na cidade de São Paulo é criada a primeira escola maternal brasileira com o mesmo objetivo que era atender os filhos dos operários (CAMPOS; PEREIRA, 2015).

Todas essas modificações nas relações de trabalho ocorriam a cargo das transformações sociais e da produção capitalista. Os operários reivindicavam por situações menos precárias no trabalho, jornada de oito horas diárias, salário, entre outros.

Para que ocorresse a implantação dos jardins de infância no Brasil buscaram-se modelos de escolas europeias e alemãs, principalmente referente à metodologia inovadora baseada no desenvolvimento integral da criança. Essas escolas pautadas aos filhos dos ricos tinham o foco na educação formar o ser social, manter bons hábitos, locais adequados para o desenvolvimento da criança. A ideia de tirar as crianças das ruas seria para preservá-las dos maus tratos, costumes e influências. A educação para os filhos dos ricos era voltada mais para o intelecto e emancipação do que a moral. Já para as crianças pobres era mais assistencialista (CAMPOS; PEREIRA, 2015, p. 278):

Percebemos o dualismo presente na origem do atendimento à criança no Brasil: para os filhos da elite os jardins de infância, pautados no processo educativo com base na proposta pedagógica froebeliana. Para as camadas populares, os filhos dos operários e as crianças abandonadas, as creches pautadas na educação moralizante e no cuidado com higiene e saúde.

Em 1922, o Brasil concebe a última das exposições internacionais no Rio de Janeiro, com a intenção de mostrar seus produtos e tributos da modernidade. Durante a exposição, ocorria o terceiro Congresso Americano da Criança em parceria ao Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância neste mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro, os quais tinham como foco principal discutir conceitos que se baseavam na criança ser assistida, tanto do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico. A partir do

congresso apareceram as primeiras regulamentações sobre o atendimento de crianças pequenas em escolas maternas e jardins da infância (CAMPOS; PEREIRA, 2015):

Observamos que nessa época há uma maior propagação de instituições sociais nas áreas da saúde, família e educação, ocasionadas devido à elaboração das leis governamentais destinadas à infância, no início do século XX.

Ainda conforme Campos e Pereira (2015) as décadas de 1920 e 1930 foram tempos essenciais para a educação no Brasil, na construção de uma prática inovadora da escola brasileira. O movimento da escola nova proporcionou transformações, ressignificações em diversos pontos de vista dos conhecimentos e fazeres escolares. O aluno torna-se ponto principal da obtenção do conhecimento escolar, a pedagogia nova apresenta o aluno como peça central na construção do conhecimento. Os principais estados em que esta reforma se propagava eram: São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia procurando uma reorganização das escolas, modificando técnicas e métodos, como também o conceito de criança. Nesta época há um aumento das escolas maternas, jardins de infância e creche.

Observando essa nova concepção, percebemos que a criança passa a ser o centro principal do processo educacional, ou seja, a criança que antes era deixada de lado assume o foco das necessidades para que se obtenha um melhor desenvolvimento, seja ele educacional, quanto social, aliando-se o conceito de sociedade moderna e civilizada, a princípios do progresso.

Conforme Mendes (2015), as primeiras décadas do século XX foram assinaladas pela figura médico sanitaria na educação infantil. Com o progresso da industrialização e a urbanização das cidades brasileiras, os centros urbanos não tinham serviço adequado de infraestrutura que desse conta desses avanços. Essa desigualdade do saneamento básico, condições de moradias, entre outros fatores, provocou graves problemas para a população, até mesmo na proliferação de epidemias. Diante desta situação era essencial promover medidas paliativas, como a fundação de creches, para atenuar o efeito negativo dessa urbanização. É nesta época que a educação passa ter um controle por meio dos movimentos sanitaristas originados para a proteção à infância. Desta maneira:

[...] A creche seria um desses paliativos, na visão de sanitaristas preocupados com as condições de vida da população operária, ou seja, com a preservação e reprodução da mão-de-obra, que geralmente

habitava ambientes insalubres [...] (OLIVEIRA, 2002 p. 99 apud FERNANDES; MOMMA)<sup>1</sup>

O movimento escolanovista causou para a educação uma nova concepção educacional. Todavia, mais uma vez as mudanças pedagógicas só seriam aplicadas para os jardins de infância, lugar onde estudavam os filhos da elite brasileira. Os parques infantis, local onde frequentava as crianças das classes populares, permaneceram com planos de trabalhos educacionais distintos do que havia sido oferecido pelos escolanovistas. Neste ambiente, foram formados novos jardins de infância e curso de formação de professores, voltado para o atendimento das classes burguesas (MENDES, 2015).

A partir dos princípios da Escola Nova, tais como a criança como centro do processo, pedagogia ativa, aprender fazendo, preparar para a autonomia, eram debatidas as ideias de espaço de atendimento à infância (MARAFON, s.d., p. 8).

No ano de 1930, foi publicada a Constituição Federal que proporcionou grande importância à educação e seus conceitos motivados pelo manifesto dos pioneiros, através de ideias liberais, isso significava uma tentativa de soluções para problemas da educação. Porém essa proposta não durou muito, pois com a publicação da Constituição de 1937 todos os avanços esperados anteriormente na Carta Constitucional foram revogados (SOUZA; GARCIA, 2015).

Em 1961 foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61. Com esta lei passa ser obrigatória a matrícula de crianças a partir dos sete anos de idade. Porém, fica determinado que:

Art. 23 – A educação pré-primária destina-se aos menores de até 7 anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

Art. 24 – As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com poderes públicos, instituições de educação pré-primária (OLIVEIRA, 2007, p. 102 apud MENDES, 2005, p. 105).

Denominada também como Constituição Cidadã, se transformou em uma referência no redirecionamento das leis e na apresentação das normas de efetivação das atuais políticas, entre outras a: “[...] a garantia de proteção integral à criança e o

---

<sup>1</sup> FERNANDES, E.; MOMMA, A. M. **Financiamento e Atendimento da Educação Infantil de 0 a 3 Anos no Brasil:** do FUNDEF ao FUNDEB.

reconhecimento que a mesma é sujeito histórico e de direitos [...]” (SOUZA; GARCIA, 2015, p. 10).

Com base nisso, Maia (2012 apud SOUZA; GARCIA, 2015) aponta que com a CF/88 começou a se ter uma melhora nos termos estabelecidos, para a Educação Infantil, uma vez que, o Brasil assegurou pela primeira vez a garantia da criança pequena à creche e a pré-escola. Em 1990, o Brasil teve mais um progresso em relação às medidas de cuidado com as crianças que foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8069 de 13/07/90), normativo aos artigos 227 e 228 da Constituição Federal com o objetivo de preservar a criança e do adolescente por um todo, em relação a progresso e sem levar em conta a classe social (TONON, et al., s. d.):

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 228 - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial<sup>2</sup> (BRASIL, 1988).

Analisando o contexto acima, esforços foram tomados para que a criança tivesse seus direitos garantidos por meio de leis, sendo que não basta apenas à criança ter o acesso a educação, mas que esse acesso seja de qualidade para todas as crianças independente da classe social.

Com a finalidade de tornar esta abordagem completa será analisada a importância da família no contexto escolar para que se obtenha um desenvolvimento desta criança durante o processo de aprendizado na escola, é interessante destacar que a família e a escola são locais de progresso e conhecimento.

Segundo Arantes (2011), é no meio familiar que o ser humano se depara com o primeiro contato social, no qual será de grande importância para o seu amadurecimento, fazendo parte do desenvolvimento e ajudando na resolução de conflitos. A família inclui uma relação na qual é necessária união e valorização do ser humano e não é obrigatoriamente uma união formalizada.

---

<sup>2</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, Promulgada em 05 de outubro de 1988 - TÍTULO VIII Da ordem social, capítulo VII da família, da criança, do adolescente e do idoso. Disponível em: <[http://www.tjrj.jus.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=6ac1877a-7995-4b92-baf4-fef24e553ae8&groupId=10136](http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=6ac1877a-7995-4b92-baf4-fef24e553ae8&groupId=10136)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

Assim como relatado por Oliveira (2002 apud ARANTES, 2011), pelo fato do movimento higienista ter contribuído muito para a melhoria da situação do Brasil a família e a escola passaram por algumas intervenções durante este período. Representado como um movimento que tinha como foco a orientação de práticas educação e cuidados básicos para a criação de crianças e adolescentes saudáveis, esta instrução era realizada por médicos às famílias, devido às epidemias relacionadas a doenças resultantes de maus hábitos de higiene.

Dessa maneira, a colaboração entre a escola com a família faz-se necessário para proporcionar a viabilidade do desenvolvimento educacional oferecendo oportunidades para os alunos se adaptarem para viver coletivamente, convivendo-se com outras pessoas através da troca de experiências e complementando seus princípios sistêmicos, éticos, formais e culturais, com base em suas intervenções com o mundo, transformando-se em um ser histórico e social. Arantes (2011, p. 28) observa que:

A principal função social da escola: formar cidadãos críticos e reflexivos, garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários para assim compreender e atuar no mundo em que vivem, capazes de terem uma vida social, digna e responsável, ressignificando os conteúdos adquiridos, transformando e aplicando, nos diferentes contextos sociais e humanos, buscando alternativas de superação da realidade.

É importante que o professor conheça a realidade da sociedade e da família na qual ele faz parte, facilitando o sistema de aprendizado e desenvolvimento tanto das crianças quanto dos adolescentes, buscando novos modelos de convivência entre família e escola, valorizando as experiências que tanto as famílias quanto os alunos trazem para dentro da sala de aula, além de, incentivar a participação dos pais nas atividades escolares dos filhos. Ao proporcionar condições necessárias aos alunos estes futuramente estarão habilitados para entender o mundo e lutar pelos seus direitos.

### **Considerações Finais**

Durante a pesquisa, a ideia principal foi apontar o pensamento higienista, voltado para a educação dos corpos e suas influências principalmente na formação de crianças que viriam e se transformar em adultos conscientes e livres dos problemas que afetaram a população no período do século XIX para o século XX, durante a primeira república. Além de discorrer sobre a importância da educação física na formação e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

O movimento higienista foi uma corrente de pensamento que surgiu no final do século XIX prevaleceu até início do XX, tendo como propósito educar para a saúde, com a finalidade de melhorar as condições precárias de saúde que a população estava passando principalmente na cidade do Rio de Janeiro, a capital do Brasil na época. Vendo a cidade crescer de maneira caótica foi então que o presidente Rodrigo Alves decide fazer uma reforma no centro do Rio de Janeiro, já que está seria considerada como modelo de desenvolvimento e crescimento por causa das indústrias que estavam surgindo e da mão-de-obra que aumentava.

Esta reforma foi realizada por meio de projetos de saneamento básico urbanização, como principal realizador destas ideias esteve à frente o médico sanitaria Oswaldo Cruz, juntamente com o prefeito Pereira Passos. A reforma incluiu a demolição de favelas e cortiços, expulsando a população para as periferias, com isso foi aprovada a Campanha de Vacinação Obrigatória, que obrigava as pessoas a serem vacinadas mesmo que elas não quisessem, a situação piorou pelo fato das pessoas se revoltaram, pois muitas achavam que iriam receber um vírus, que pudesse matá-las, por meio de tantas destruições e revolta, este episódio ficou conhecido com a Revolta da Vacina, porém é feita a suspensão desta campanha e ao final da revolta o governo retoma a vacinação levando a erradicação da varíola. O que faltou foi uma explicação e orientação para a necessidade da realização deste ato, já que a população desconhecia a necessidade de prevenção e curas das doenças que estavam prejudicando o crescimento da cidade.

Durante a primeira república, os médicos higienistas começaram a realizar novas mudanças no âmbito educacional e incluir a ginástica na escola, foi então que a educação física começa a ganhar importância, na qual os exercícios físicos deveriam ser realizados para a obtenção e cuidado da higiene física e moral, ou seja, o higienismo, obtendo assim corpos saudáveis e desenvolvidos para realização de trabalhos futuros.

Surge também nesta época autores preocupados com as situações precárias do homem do campo, um deles que exerceu grande importância foi o autor Monteiro Lobato, durante o período da Primeira República (1889-1930), através do conto *Urupês* lançado em (1918), em especial o conto do Jeca Tatu. Esse conto por meio da literatura e o contexto vivido por Monteiro revelam as situações com que era precária e miserável a vida do homem no campo, além dos problemas de saúde, da política, educação e da economia por meio da literatura, o escritor transmitiu sua revolta sobre as adversidades do homem do campo e da sociedade.

A partir disso, os médicos higienistas argumentavam sobre a necessidade de escolas que tirassem as crianças das condições de risco as quais eram submetidas se estas continuassem a ficar em casa, pois não tinham os cuidados necessários para o um desenvolvimento saudável, então, creches começaram a ser feitas por meio de reivindicações de mães que precisavam deixar seus filhos para poder trabalhar. A escola transfigurava-se neste contexto um local de divulgação dos anseios quanto ao crescimento do governo e a civilização da sociedade.

A partir de 1998 com a Constituição Federal até os dias atuais a educação infantil conseguiu avanços significativos em termos de leis, o Brasil teve mais um progresso em relação às medidas de cuidado com as crianças que foi a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n. 8069 de 13/07/90), normativo aos artigos 227 e 228 da Constituição Federal. Além de contar com o apoio das famílias.

Enfim, por meio de um questionário realizado por duas professoras de uma escola localizada no bairro rural, é possível perceber que se continua dando importância para os ensinamentos transmitidos para que as crianças aprendam desde novos os conceitos de cuidado com o corpo, para que cresçam e se tornem adultos saudáveis, além de promover mudanças de comportamentos, para que assim contribuam na formação de cidadãos aptos para intervir na melhoria dos níveis de saúde pessoal e da coletividade.

## **Referências**

**1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio** / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretaria, 2006. 120 p.: il.– (Cadernos da Comunicação. Série Memória) - Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria Especial de Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204434/4101424/memoria16.pdf>>. Acesso em: 10 fevereiro 2017

ALBUQUERQUE, L. R.; CORRÊA, R. L. T. **Polêmicas em torno da Educação Física no Brasil:** abordagens históricas sobre concepções. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-098-TC.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ARANTES, J. R. T. **Relação Família e Escola:** a participação da família no contexto escolar e o pedagogo como mediador desta relação em nível fundamental Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/JOSABETE%20RODRIGUES%20TEIXEIRA%20ARANTES.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

BENACCHIO, M. et al. Direito e Sustentabilidade I. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTIVIDÉU – URUGUAI, V., **Anais...** Uruguai, 2016. Disponível em:

<<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/126khh6k/yl79GVxwbjL8vNnW.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRITO, F. A.; PINHO, B. A. T. D. **Texto para discussão nº 464** – a dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010. CEDEPLAR/FACE/UFGM, Belo Horizonte, 2012. Disponível em:  
<<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CAMPOS, A. R. **Família e Escola:** um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro. Disponível em:  
<[http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Alexandra\\_Campos.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Alexandra_Campos.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CAMPOS, R. K. do N.; PEREIRA, A. L. da S. **Primeiras Iniciativas de Educação da Infância Brasileira:** uma abordagem histórica (1870-1940). Disponível em:  
<[http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16231\\_8814.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16231_8814.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

FERNANDES, E.; MOMMA, A. M. **Financiamento e Atendimento da Educação Infantil de 0 a 3 Anos no Brasil:** do FUNDEF ao FUNDEB. Disponível em:  
<[http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda\\_eventos/inscricoes/PDF.../58531.doc](http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/agenda_eventos/inscricoes/PDF.../58531.doc)>. Acesso em: 12 abr. 2017;

FONSECA, A. M.; VIANA, A. L. d'Ávila. Direito à saúde, atenção básica e transferências condicionadas de renda na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1505-1512, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a10>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

FARIA, L. R. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 9, n. 3, p. 561-90, set./dez. 2002. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010459702002000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702002000300005)>. Acesso em: 19 fev. 2017.

FRANÇA, G. H. A. **Entre a civilização e a República: as práticas da medicina higienista em Natal/RN nos anos 1920.** 2015. 2015. 71 f. Monografia (Especialização em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em:  
<[https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2080/1/Entre%20a%20Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20Rep%C3%BAblica\\_Monografia\\_2015.pdf](https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2080/1/Entre%20a%20Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20Rep%C3%BAblica_Monografia_2015.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2017.

GONDRA, J. G. **Artes de Civilizar:** medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

HALLER, J. U. **Monteiro Lobato:** a literatura como expressão do contexto na Primeira República (1889-1930). 2012. Disponível em:

<[http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos\\_2012/JOYCE\\_UEMOTO\\_HALLER.PDF](http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/JOYCE_UEMOTO_HALLER.PDF)>. Acesso em: 28 maio 2016.

LOBATO, M. **Jeca Tatuzinho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

MACHADO, M. O. et al. Práticas de leituras escolares nos anos 20: os usos do Almanaque Biotônico Fontoura. **Revista HISTEDBR On-line**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/5667-20203-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MARAFON, D. **Educação Infantil no Brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_.../ZjxYEbbk.doc](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_.../ZjxYEbbk.doc)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MARTINS, G. M. C.; CAINELLI, M. R. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre literatura e história. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, VII., **Anais...** Londrina, 2015. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1318.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

MENDES, S. de L. Tecendo a História das Instituições do Brasil Infantil. **Saberes**, Natal, v. 1, n. 11, p. 94-100, fev. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/viewFile/6685/5206>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

NASCIMENTO, L. M.; SILVA, F. B. De protestos e levantes: as revoltas da vacina e da chibata na música popular. **Recorte**, ano 9, n. 2. Disponível em: <<file:///C:/Users/Acer/Downloads/620-1768-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

PENTEADO, R. Z. et al. Do Higienismo às ações promotoras de saúde: a trajetória em saúde vocal. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 9-17, abr. 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/Acer/Downloads/11677-28016-1-SM%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/11677-28016-1-SM%20(4).pdf)>. Acesso em: 10 maio 2017.

PONTE, C. F. **O Brasil no Microscópio**. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14694114-O-brasil-microscopio.html>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

RIBEIRO, P. S. O início das políticas públicas para a saúde no Brasil: da República Velha à Era Vargas. **Brasil Escola**, Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-inicio-das-publicas-para-saude-no-brasil-republica.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

SCHMACHTENBERG, R. Sanear ou perecer: o movimento pelo saneamento dos sertões e das cidades brasileiras. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII., **Anais...** Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1510.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SOUZA, R. de K.; GARCIA, E. S. Direito no campo da Legislação e dos documentos que regem a educação. **Perspec. Dial.: Rev. Educ. e Soc.**, Naviraí, v. 2, n. 3, jan./jun. 2015 Disponível em:  
<[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/article/view/537/530&gws\\_rd=cr&ei=ehAuWYujF8bFwATIs5TQCw](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/article/view/537/530&gws_rd=cr&ei=ehAuWYujF8bFwATIs5TQCw)>. Acesso em: 5 maio 2017.

SOUZA, I. P. M. A.; JACOBINA, R. R. **Educação em saúde e suas versões na história brasileira**. 2009. Disponível em:  
<[http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/293/pdf\\_106](http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/293/pdf_106)>. Acesso em: 4 jun. 2017.

TONON, A. S. et al. **Os Direitos da Criança e do Adolescente Frente à Participação da Família**. 2009. Disponível em:  
<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/887/866>>. Acesso em: 20 abr. 2017.